



A VOZ ROUCA

que não se cala

#17, SP

<http://avozouca.org>

f A Voz Rouca

Educação do século XXI: bem-vindo ao inferno

Autonomia do aluno, educar para o futuro, valorizar os processos individuais, aprendizagem baseada em projetos, interdisciplinaridade, ensino integral: essas são as promessas da “educação do século 21” que estão na boca dos gestores escolares, das startups, lobbyistas e grandes empresários. Tudo isso poderia até ser bom, se não significasse mais trabalho e mais exploração para quem está no dia a dia da escola.

Se sempre tivemos que trabalhar em casa preparando e corrigindo atividades, a invasão das novas tecnologias está produzindo uma jornada de trabalho sem fim. A qualquer hora temos que responder uma mensagem da coordenação, atualizar o

ambiente virtual ou até – em casos mais sinistros – se explicar a um pai que está reclamando através da plataforma. E, se cada aluno é singular, exige-se do professor não mais um único planejamento anual, e sim percursos autorais e adaptáveis a cada contexto. Multiplica-se o trabalho, mas são os mesmos 5% de hora-atividade.

Quer dizer, isso quando você tem a sorte de ser contratado como professor CLT. É cada vez maior o número de colegas trabalhando como oficinairos, auxiliares, monitores, educadores – nomes que mascaram a função docente para permitir contratos precários e mal pagos. É que “docência” virou coisa do passado,

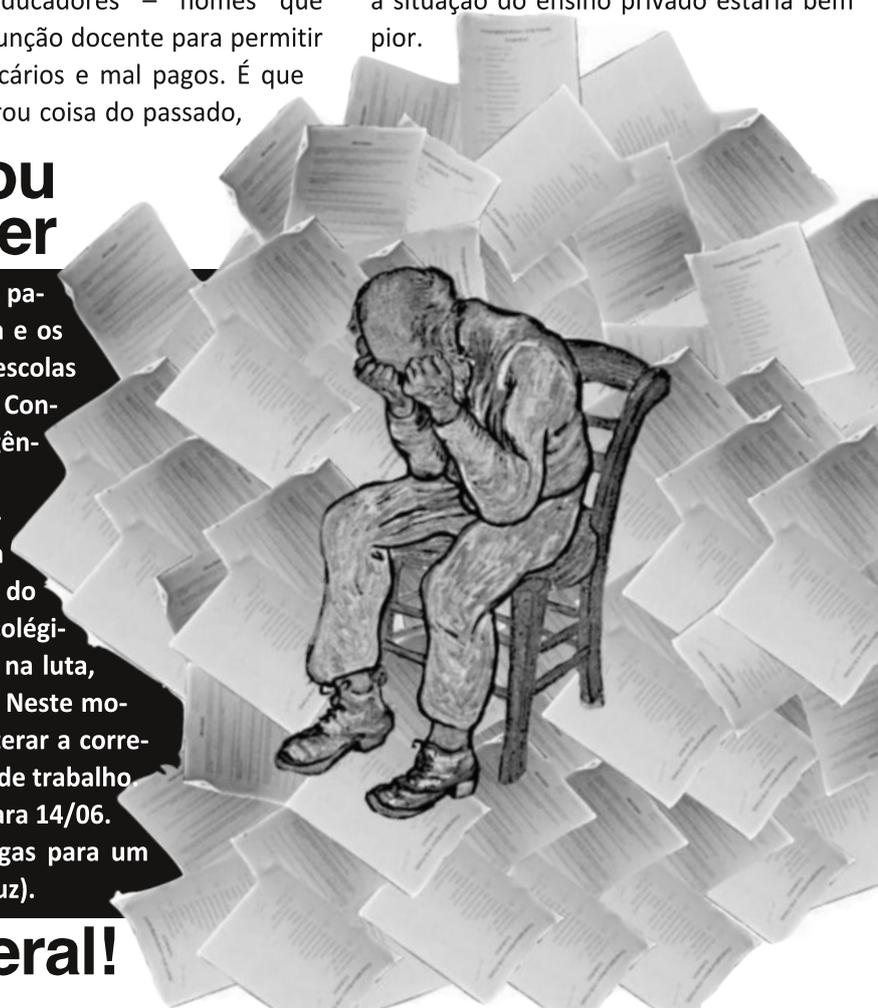
afinal nas metodologias ativas o protagonismo é do aluno. E o “pensamento crítico” virou reclamação de cliente: com o gravador de celular (e o incentivo do presidente), os alunos se sentem empoderados para coagir e demitir professores. Na linguagem empresarial, Escola Sem Partido se chama *Avaliação 360º*.

Precarização e controle estão tornando dar aula um inferno. Pra sobreviver, o único jeito é se organizando e resistindo! Se não tivéssemos travado greves importantes nos últimos dois anos, certamente a situação do ensino privado estaria bem pior.

Pare agora ou trabalhe até morrer

Neste 15 de maio, trabalhadores da educação de todo país paralisaram suas atividades contra a Reforma da Previdência e os cortes no MEC. Esse dia de luta trouxe novo fôlego às escolas particulares, onde novamente os professores estão sem Convenção Coletiva. Até ontem estávamos reféns da intransigência patronal, hoje são mais de 30 escolas paralisando.

Voltamos conversar sobre luta, mas o calendário das centrais sindicais, com o mesmo script de sempre, coloca um limite à mobilização. Precisamos descobrir jeitos de sair do roteiro previsto. Por exemplo: para fechar totalmente os colégios, um desafio é envolver todos os funcionários da escola na luta, não só os professores – afinal, a Previdência afeta a todos. Neste momento temos uma oportunidade de fortalecer vínculos, alterar a correlação de forças nos colégios e resistir à piora das condições de trabalho. Mais de 30 colégios pararam para a Greve Geral marcada para 14/06. Para pensarmos os próximos passos, convidamos os colegas para um encontro no dia 1º de junho às 14h na Rua Três Rios, 252 (Luz).



14 de junho é greve geral!

SOBREVIVENDO NA ESCOLA



Assistentes e estagiários

Qual a proporção de estagiários e assistentes onde você trabalha? Hoje, muitas escolas particulares dependem largamente dessa mão de obra barata. No começo de maio, um encontro reuniu assistentes e estagiários de diferentes colégios para discutir as tretas do nosso trabalho.

Muitos falaram da contradição entre as tarefas que assistentes têm de cumprir e as formas precárias de contratação. Não é raro que a gente assuma funções de professor, às vezes até dando aulas, só que recebendo muito menos e sem qualquer estabilidade. Quando o assistente tem contrato CLT, é comum que as escolas o registrem como funcionário administrativo – tirando as garantias da Convenção dos professores.

Alguns relatos de organização apareceram. Convocadas a trabalhar num sábado sem receber hora-extra, as estagiárias de um colégio boicotaram coletivamente a atividade.

Quando os professores paralisaram em 2017 e 2018, muitos colégios tentaram coagir os assistentes a ficar no lugar dos grevistas, afinal nós “não teríamos respaldo do sindicato”. Mas nossa segurança é garantida pela coletividade mobilizada: não foram poucas as escolas onde os estagiários de todos os ciclos se juntaram, escreveram cartas e pararam junto. E é com esse mesmo espírito que vamos nos preparar para a greve geral de 14 de junho.

Plataformas digitais

Nos últimos anos esse tempo de trabalho fora de sala vem aumentando, dentre outros motivos, pela exigência de “alimentar as plataformas digitais”. Tem se tornado comum os gestores das escolas nos “convidarem” a fazer um curso de formação Google, a criarmos atividades que “envolvam tecnologia” ou a postar os materiais e aulas que produzimos no sistema.

O que é feito com o conteúdo postado nessas plataformas? Isso é um grande mistério, mas sabe-se que algumas delas vendem como parte de seu próprio banco de materiais. O professor se torna então produtor de conteúdo para uma empresa externa “parceira”, só que sem receber por isso.

Há colégios em que os trabalhadores vem se organizando para boicotar a utilização de certas ferramentas. Em outros, reivindicam o aumento da hora-atividade, pois 5% é uma grande mentira. Outra pauta são os direitos autorais sobre o conteúdo produzido: se a escola demite o professor, mas fica com o curso inteiro “armazenado na nuvem”, nos tornamos ainda mais descartáveis e substituíveis.

Professor flex

Não é de se espantar que, a flexibilidade do currículo caminhe junto com a flexibilidade do nosso trabalho. Quando surgiu a ideia de aulas optativas, encampada pela a reforma do ensino médio, as escolas particulares inovaram também nas formas de contratação dos professores.

Em uma delas, o processo funcionava assim: primeiro apresentava-se um projeto de oficina; os selecionados eram chamados para uma reunião para conhecer os outros cursos e acertarmos algumas diretrizes mínimas; depois, todos deveriam criar um vídeo de divulgação da sua oficina para convencer os alunos a se inscreverem; a seguir vinham duas aulas testes para estudantes interessados, quando tínhamos que fazer de tudo para que se inscrevessem. Depois de mais de um mês, sem nenhuma remuneração, caso atingisse o número mínimo de inscritos, o professor era contratado (como Pessoa Jurídica, claro) e passava a receber. No semestre seguinte, a mesma coisa, e assim por diante.

Transformado em microempreendedor, o professor assume todo o risco e, além de dar aulas, torna-se uma agente de marketing orientado pelo apelo do seu produto, muito mais do que por qualquer princípio pedagógico. Os professores contratados em regimes de trabalho precários raramente são chamados para as assembleias internas de cada colégio. Se não rompermos essa distância e conseguirmos nos organizarmos conjuntamente, logo seremos todos colaboradores e “microempreendedores da educação”...

